

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA**
2 **UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, REALIZADA NO DIA 15 DE**
3 **SETEMBRO DE 2016, ÀS 14 HORAS, NO MUSEU DE ARTE MURILO**
4 **MENDES.**

5 Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezesseis, às quatorze horas,
6 na Sala do Conselho Superior, no Museu de Arte Murilo Mendes, regimentalmente
7 convocado sob a Presidência do Professor Doutor Marcus Vinicius David e com as
8 presenças dos Conselheiros: Girlene Alves da Silva, Maria Carmem Simões Cardoso de
9 Melo, Mônica Ribeiro de Oliveira, Ana Livia de Souza Coimbra, Sandro Rodrigues
10 Mazorche, Clarisse Cassab Torres, Ivana Lúcia Damásio, Marcos Tanure Sanabio,
11 Cláudio Galuppo Diniz, Ilka Schapper, Ana Paula Ferreira, Wilhelm Passarella Freire,
12 Altemir José Gonçalves Barbosa, Gilmar José dos Santos, José Gustavo Francis Abdala,
13 Jorge Carlos Felz Ferreira, Aline Araújo Passos, Lourival Batista de Oliveira Júnior,
14 Maurício Gattás Bara Filho, Zuleyce Maria Lessa Pacheco, Hélio Antônio da Silva,
15 Marcelo Silva Silvério, Neiva Ferreira Pinto, Maria Cristina Vasconcellos Furtado,
16 Elton Geraldo de Oliveira Gões, Cristina Simões Bezerra, Joacir Teixeira de Melo, José
17 Luiz Lacerda, João Pedro Carvalho dos Reis, Welton de Abreu Henriques, Arthur
18 Alfredo Nunes Avelar, Lucas Cristian de Oliveira, Larissa Martins Duarte Andrade,
19 Diego Augusto, Maria dos Remédios P. da Silva, David Silva Souza, Maria Aparecida
20 de Paula e Souza, Nilson Fontes de Oliveira, Ricardo Bonfante, José Fânias Lima,
21 Dimas Augusto de Carvalho, Denis Alves Perdigão, Ângelo Leite Denadai e Fábio
22 Alessandro Pieri realizou-se mais uma reunião ordinária do egrégio Conselho Superior
23 da Universidade Federal de Juiz de Fora. Havendo quórum, o Senhor Presidente deu
24 início à reunião, saudando os Conselheiros e agradecendo a presença de todos e todas.
25 Na oportunidade, deu boas vindas à Conselheira Ilka Shapper, nova conselheira
26 representante do Conselho de Pós-Graduação e Pesquisa, e ao Conselheiro Fábio Pieri,
27 vice-diretor do Campus de Governador Valadares. A seguir, justificou as ausências dos
28 Conselheiros Henrique Duque de Miranda Chaves Filho, Eduardo Salomão Condé,
29 André Luis Marques Marcato, Ricardo Cristófar, André Silva Martins, Leandro
30 Ferracini Cabral e Ângelo Atalla. Primeiramente, o Senhor Presidente colocou em
31 discussão e aprovação do CONSU as atas de reunião dos dias 05/08/2016, 10/08/2016 e
32 15/08/2016. No que diz respeito à ata do dia 05/08/2016, o Conselheiro Wilhelm
33 Passarella pontuou que havia algumas considerações e propostas de alteração de
34 redação. O Senhor Presidente, então, determinou que o Conselheiro encaminhasse as
35 referidas considerações à Secretaria Geral para que as mesmas pudessem ser
36 incorporadas à ata. Desta maneira, a ata do dia 05/08/2016 saiu de pauta para correção,
37 devendo ser apresentada na próxima reunião para aprovação. Já no que diz respeito às
38 atas dos dias 10 e 15 de agosto, ambas foram aprovadas, por unanimidade, pelo plenário
39 do CONSU. Na sequência, o Senhor Presidente apresentou as **Comunicações da**
40 **Presidência**, destacando, inicialmente, os dois principais debates que permearam a
41 última reunião da Andifes: o orçamento das universidades para o ano de 2017 e alguns
42 aspectos da política de pessoal, os quais já vigorariam a partir de agora, mas com
43 impacto maior a partir de 2017. Quanto ao orçamento, o Senhor Presidente explicou
44 que detalharia o assunto no ponto de pauta específico, mas que já poderia adiantar que,
45 na reunião da Andifes, foi sinalizada a redução/corte do orçamento 2017, especialmente
46 devido ao cenário de crise. No que diz respeito à questão da política de pessoal, o
47 Senhor Presidente esclareceu que a aprovação da LDO (Lei de Diretrizes
48 Orçamentárias) trouxe preocupações acerca de um artigo da referida lei que determina
49 que as nomeações de servidores públicos federais, durante todo o exercício de 2017, só
50 poderiam ser feitas caso os concursos respectivos tivessem seus editais publicados até

31 de agosto de 2016. Esclareceu, a seguir, que as preocupações com este artigo se dão, em especial, pelo fato de que o mesmo vai de encontro com o princípio que vem sendo seguido nas universidades desde o decreto do banco de professor equivalente e do quadro de referência de TAE's, em que as universidades tinham a autonomia de, havendo liberação de vaga, realizar concursos públicos. Pontuou que, em que pese a interpretação do MEC de que as universidades estariam excluídas da previsão apresentada no artigo, as universidades resolveram tomar uma medida de prudência, acelerando a divulgação de seus editais. Ressaltou que a UFJF também procedeu desta forma, publicando editais para vagas de docentes e TAE's. Ainda em se tratando de Comunicados da Presidência, o Senhor Presidente informou que recebeu o relatório anual da auditoria realizado pela Controladoria Geral da União (CGU), referente às contas de 2015. Esclareceu que, além da análise de contas gerais, o relatório da CGU veio acompanhado de dois relatórios específicos, sendo um sobre a relação da UFJF com a Fundação de Apoio e o outro sobre a gestão do PNAES na UFJF. Ressaltou que, em geral, o relatório aponta para um julgamento das contas 2015 regular, mas com ressalvas, indicando uma série de recomendações. Ressaltou que as referidas recomendações irão gerar esforço da Universidade para serem cumpridas, especialmente no que tange a Gestão Orçamentária Financeira, Patrimonial e de Pessoas. No que tange à Gestão Patrimonial, o Senhor Presidente destacou a necessidade de se realizar a regularização de todas as obras que não estão devidamente regularizadas junto aos sistemas de controle patrimonial do governo. Já no que concerne à Gestão de Pessoas, esclareceu que o foco será a regulamentação da flexibilização da jornada de trabalho. Além disto, há outros aspectos relacionados aos processos de inobservância de dedicação exclusiva e acumulação irregular de cargos. Especificamente quanto ao PNAES é recomendado um reforço da estruturação da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, visando maior monitoramento da Política do PNAES. Já no que concerne à Fundação de Apoio, as recomendações fundamentais estão centradas na retomada da discussão das normatizações que envolvem a relação UFJF – FADEPE e ações específicas no que diz respeito à transparência à gestão de convênios pela Fundação de Apoio. O Senhor Presidente esclareceu, ainda, que além destes relatórios, a Universidade recebeu outros dois relatórios de auditoria relativos a uma análise específica dos convênios que a UFJF mantém com a FADEPE para a gestão dos projetos relacionados ao CAED. Esse conjunto de relatórios de auditoria fez com que a Alta Administração agendasse uma reunião na CGU para definição de ações a serem tomadas. Naquela oportunidade, o Senhor Presidente asseverou que foi acordado a instituição de um marco zero na relação da FADEPE junto aos convênios, considerando assim novo marco normativo e novo modelo de gestão dos convênios. Finalizados os Comunicados da Presidência, o Senhor Presidente deu início ao primeiro ponto de pauta

1.1- Apresentação da Proposta de Orçamento 2017. O Senhor Presidente esclareceu que o MEC, na primeira quinzena de agosto, disponibilizou um limite orçamentário para as universidades para o ano de 2017. Neste contexto, esclareceu que o valor do orçamento geral, apresentado pelo MEC, prevê uma redução de aproximadamente 20% se comparado ao orçamento de 2016. Esclareceu que este dado gerou uma reação muito forte, especialmente liderada pela própria Andifes. O MEC, então, se comprometeu a incorporar à proposta original mais, aproximadamente, 350 milhões de reais, o que ainda representaria uma redução próxima a 10% do orçamento global, se comparado ao orçamento global de 2016. Destacou que um outro problema sério que ocorreu é que o critério de distribuição deste recurso não levou em conta a matriz Andifes, que é a referência que tem sido utilizada nos últimos 15 anos. O MEC justificou que como houve o atraso no envio de dados por parte de algumas universidades, ele não seguiu a

lógica da matriz Andifes, o que gerou um desvirtuamento muito forte nos dados das universidades. Além disto, o MEC alterou uma série de ações orçamentárias, o que têm gerado até dificuldades de determinar um real controle orçamentário. Diante destes dados, o Senhor Presidente esclareceu que o orçamento da UFJF para 2017 poderia ter uma perda de 12 (doze) a 30 (trinta) milhões de reais, quando comparado ao orçamento de 2016. Contudo, pontuou que o MEC informou que ainda irá rever estes números, o que poderá impactar na previsão orçamentária de exercício de 2017. Neste sentido, o Senhor Presidente informou que pretende trazer para a reunião de outubro uma proposta de metodologia para a discussão do orçamento de forma participativa. Finalizado o relato acerca do orçamento 2017, o Senhor Presidente abriu a palavra aos Conselheiros para debate. A Conselheira Maria dos Remédios pontuou que havia assistido um pronunciamento do Presidente Michel Temer, em que o mesmo informava que não haveria cortes na saúde e educação. Contudo, diante dos fatos que são apresentados, há dificuldades em se manter o otimismo. O Conselheiro Arthur Avelar esclareceu que houve uma reunião de CA's e DA's, oportunidade em que se debateu a questão da redução do orçamento e que o CONCADA havia solicitado que houvesse uma manifestação mais formal da Andifes, através de carta ou outro instrumento, para dar publicidade e reforçar esse posicionamento frente ao corte de orçamento apresentado pelo MEC. A seguir o Conselheiro Hélio Antônio da Silva questionou sobre os recursos que envolvem o convênio do CAED, já que se trata de um aporte de recursos volumosos. O Senhor Presidente, respondendo aos comentários do Conselheiro Arthur Avelar, esclareceu que a Andifes produz uma série de documentos e que os mesmos são disponibilizados. Ressaltou, contudo, que imagina e espera que, caso esse cenário de redução de orçamento realmente se concretize, a Andifes adote posição política mais firme no sentido de cobrar o MEC. Já no que diz respeito ao questionamento apresentado pelo Conselheiro Hélio Antônio da Silva, o Senhor Presidente esclareceu que estava falando apenas da fonte tesouro e que, no que diz respeito à fonte 250 da Universidade, o orçamento de 2016 previa 121 milhões, dentre receitas dos projetos CAED e outras fontes de receitas, como Pism, aluguéis, dentre outros. A projeção do CAED é de que haveria aumento nestes recursos, projetando o montante de 140 milhões para projetos de 2017. Neste sentido, o Senhor Presidente destacou a necessidade de que a Universidade defina a base normativa que determine as taxas que serão praticadas em receitas geradas na própria Universidade. Considerando a taxa que se aplica hoje sobre as receitas, há ganho de 18 milhões de reais. Considerando o aumento dos valores previstos para os projetos do CAED, essa receita poderá chegar aos 25 milhões de reais em 2017. Na sequência, a Conselheira Márcia Aparecida de Paula e Souza pediu a palavra e levantou a necessidade de se fazer um levantamento ou projeção dos impactos da reforma da previdência sob a força de trabalho. A Conselheira Maria dos Remédios informou que existe um levantamento que indica que, caso o fim do abono permanência e o aumento da idade para a aposentadoria sejam aprovados na reforma da previdência, estima-se que cerca de 300 pessoas podem sair da Universidade. A Conselheira Márcia Aparecida de Paula e Souza esclareceu que o levantamento que propõe não é apenas de quantitativo de quem recebe o abono de permanência, mas também daqueles que, diante do direcionamento dado pela reforma da previdência, optem diretamente pela aposentadoria, não possuindo o interesse pelo abono de permanência. Encerradas as considerações e não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente deu início ao segundo ponto de pauta **1.2- Comissão para alteração de Resoluções e demais normativos que regulamentam a relação FADEPE-UFJF**. Ressaltou, conforme informou nos Comunicados da Presidência, a necessidade de que a Universidade reveja os normativos que regulam a relação FADEPE – UFJF. Para isto, sugeriu a instituição

de uma comissão composta por representantes das Faculdades de Direito, Engenharia, Administração, Administração Superior, DCE, Sintufejuf e Apes. No total, seriam sete membros, com indicação de suplência para cada um destes representantes. Encaminhada a proposta para deliberação, o CONSU aprovou por unanimidade. Na sequência, o Senhor Presidente deu continuidade à ordem do dia, apresentando o próximo item de pauta **1.3- Comissão para estudo da proposta de Federalização do Hospital Municipal de Governador Valadares.** Após apresentar breve histórico sobre o assunto, o Senhor Presidente destacou a necessidade de se compor uma comissão para avaliar a viabilidade da proposta de Federalização do Hospital Municipal de Governador Valadares. Esclareceu que o município de Governador Valadares já se manifestou favoravelmente pela cessão do Hospital Municipal para a UFJF, visando destinar este espaço para o desenvolvimento de atividades acadêmicas. Destacou, contudo, que a deliberação deste assunto dependerá também de um profundo debate junto ao Governo Federal, especialmente no que tange a possibilidade de financiamento deste hospital. Sendo assim, com o objetivo de compor a citada comissão, o Senhor Presidente sugeriu os seguintes membros: dois representantes do CONSU, sendo um representante de uma das diretorias da Faculdade de Saúde e o outro o Superintendente da EBSERH, Conselheiro Dimas Augusto de Carvalho; dois representantes do Campus de Governador Valadares, Prof. Ângelo Denadai, diretor do ICV, e um outro representante a ser indicado pelo Conselho de Unidade do ICV; dois representantes da administração superior; um representante de cada uma das três entidades - APES, SINTUFEJUF e DCE. Desta forma, a comissão teria ao todo nove integrantes. Aberta a palavra ao plenário, o Conselheiro Ângelo Denadai explanou sobre o histórico deste processo, apresentando os trâmites que aconteceram no âmbito do município de Governador Valadares. Sugeriu à Presidência do Conselho a inclusão do Conselheiro Peterson Marco de Oliveira, Diretor do Campus de GV, na comissão, pois informou que o mesmo participou ativamente deste processo no âmbito de Governador Valadares. O Conselheiro Ângelo sugeriu que a composição fosse de três nomes de Governador Valadares: além de sua participação na comissão, como Diretor do ICV, e do Conselheiro Peterson Marco de Oliveira, sugeriu também a inclusão do coordenador do curso de medicina, Professor Emerson. O Senhor Presidente esclareceu que a intenção é constituir uma comissão com número ímpar. Contudo, para solucionar esta questão, poderia um destes nomes ser indicado como suplente, podendo participar das reuniões. Em relação ao representante de uma das faculdades da área de saúde, após breve debate sobre o assunto, definiu-se que seria indicado um representante da faculdade de farmácia. A Conselheira Larissa Duarte Andrade propôs que houvesse uma maior representação de integrantes de Governador Valadares. O Presidente do CONSU sugeriu que as representações das entidades poderiam ser de Governador Valadares, sugestão esta que foi corroborada pelo Conselheiro Ângelo Denadai e a Conselheira Cristina Simões Bezerra. Contudo destacou que se trata apenas de sugestão, cabendo às entidades definir suas indicações. A Conselheira Larissa Duarte Andrade retirou a sua proposta, tendo em vista a possibilidade de indicação de representantes de GV para compor a comissão representando as três entidades. Finalizados os debates, o Senhor Presidente encaminhou para deliberação a seguinte composição para a comissão: 2 (dois) Representantes do Conselho Superior - o Superintendente do HU-UFJF/EBSERH e um representante da Faculdade de Farmácia, a ser indicado; 2 (dois) Representantes do Campus Avançado de Governador Valadares e um suplente, a serem indicados pelo Conselho de Unidade do Instituto de Ciências da Vida (ICV); 2 (dois) Representantes da Administração Superior; 1 (um) Representante dos Servidores Técnico-Administrativos, indicado pelo SINTUFEJUF; 1 (um) Representante docente, indicado

pela APES; 1 (um) Representante discente, indicado pelo DCE. A proposta de comissão foi aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Presidente iniciou o ponto de pauta **2.1- Recursos de Análise Socioeconômica que indeferiu matrículas (Parecer: Marcos Souza Freitas)**, solicitando, para tanto, a autorização de entrada da Assistente Social Aline Gomes. Primeiramente, Aline Gomes apresentou a relação de processos que, após apresentação da documentação complementar, obtiveram parecer favorável, pois comprovaram o perfil de acesso determinado na Portaria nº18 do MEC. São eles: **23071.015419/2016-01 - Letícia Gonzaga da Matta; 23071.015425/2016-51 - Lucas dos Santos Nascimento; 23071.014927/2016-64 - Darlan de Paula Tostes; 23071.015156/2016-22 - Leonardo Lucas de Souza Pereira; 23071.015153/2016-99 - Alice Pereira Carlos; 23071.015158/2016-11 - Henrique César Pereira Reis; 23071.014697/2016-33 - João Pedro de Oliveira Bahia; 23071.015063/2016-06 - Lucas Araujo Pinto Domiith; 23071.014706/2016-96 - Maria Olga Berger de Souza; 23071.015069/2016-75 - José Angelo Silva; 23071.014928/2016-17 - Pedro Henrique Rezende Melo; 23071.015253/2016-15 - Bruna Costa Carvalho; 23071.015426/2016-03 - Lorraine Priscila Teixeira Vieira; 23071.015418/2016-59 - Paloma Rabelo de Amorim; 23071.015067/2016-86 - Yara Mendes Silva.** O Conselho Superior acompanhou, por unanimidade, os pareceres favoráveis, deferindo os recursos apresentados. A seguir, Aline Gomes apresentou os dados do processo **23071.015420/2016-28 - Vanderlei Sales Couto Júnior.** Após análise da documentação apresentada, ela explicou que o candidato demonstrou possuir renda per capita familiar de R\$1381,00 (um mil trezentos e oitenta e um reais), sendo, portanto, superior ao limite determinado pela Portaria nº 18 do MEC, qual seja, R\$1320,00 (um mil trezentos e vinte reais). Encaminhado para deliberação, o Conselho Superior indeferiu o recurso, por maioria, com 11 abstenções. Na sequência, Aline Gomes esclareceu que o processo **23071.015423/2016-61 - Samuel Belmiro de Souza Botelho** também apresentou, após o cálculo da renda, valor superior ao estabelecido pela Portaria do MEC, somando, desta forma, o montante de R\$1350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais) per capita. O plenário indeferiu o recurso, por maioria, com 13 abstenções. Dando prosseguimento aos pareceres, a Assistente Social, Aline Gomes, relatou as informações do processo **23071.015157/2016-77 - Kayron Celio Barboza Rossignoli.** Esclareceu que, também neste caso, o valor da renda per capita familiar foi de R\$1480,00 (um mil quatrocentos e oitenta reais), ultrapassando o valor determinado pela Portaria do MEC. O Conselho Superior indeferiu, por maioria, com 12 abstenções. Por fim, Aline Gomes apresentou o processo **23071.014935/2016-19 - Heuler Batista Rogerio**, esclarecendo que a renda per capita familiar do candidato é de R\$1889,00 (um mil oitocentos e oitenta e nove reais), ou seja, possui renda maior do que o limite estabelecido pela Portaria do MEC. Encaminhado para deliberação, o Conselho Superior indeferiu o recurso, por maioria, com 11 abstenções. Findados os relatos dos processos, o Senhor Presidente deu início ao ponto de pauta **2.2- Processo Nº 23071.008970/2016-91 - Regimento da Farmácia Universitária do Campus Avançado de Governador Valadares (Parecer: Conselheiro José Otávio do Amaral Corrêa).** A Conselheira Aline manifestou que, em que pese o parecer ter sido enviado aos Conselheiros, para que houvesse melhor análise da matéria seria necessário o envio, também, do inteiro teor do Regimento, o que não foi feito. Deste modo, visando não prejudicar a análise do tema, o Senhor Presidente retirou de pauta o assunto. Ressalte-se que, na oportunidade, constatou-se que a mesma falha ocorreu quanto ao envio de documentos de outros itens de pauta. O Senhor Presidente, então, também retirou de pauta dos seguintes itens: **2.3- Processo Nº 23071.007252/2016-05 – Inscrição da Farmácia Universitária do Campus de GV no CNPJ (Parecer: Conselheiro José**

1 **Otávio do Amaral Corrêa); 2.6- Processo nº 23071.008831/2016-67 - Regimento do**
2 **Conselho Setorial de Extensão e Cultura (Parecer: Conselheiro André Silva**
3 **Martins); e 2.7- Processo nº 23071.013679/2016-34 - Proposta de alteração de**
4 **Resolução 31/2010 sobre a medalha Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira**
5 **(Parecer: Conselheira Neiva Ferreira Pinto).** Dando prosseguimento à Ordem do Dia,
6 o Senhor Presidente passou para o item **2.4- Processo nº 2371.004277/2015-68 -**
7 **Mudança de Regime de Trabalho Docente (Parecer: Conselheira Kátia Maria**
8 **Silva de Oliveira e Castro).** Tendo em vista a ausência da Pró-Reitora de Gestão de
9 Pessoas, Kátia Maria Silva de Oliveira e Castro, a leitura do parecer foi realizada pela
10 Conselheira Maria Carmem Simões Cardoso de Melo. Em seu parecer, a Conselheira
11 Kátia apresentou histórico do processo e os trâmites realizados pelo mesmo dentro da
12 Universidade. Ao final, opinou favoravelmente pela concessão da alteração do regime,
13 enquanto durar a excepcionalidade. O Conselho Superior aprovou, por unanimidade, a
14 alteração do regime de jornada de T20 para T40, nos termos do parecer apresentado. Na
15 sequência, o Senhor Presidente iniciou o item **2.5- Prestação de Contas da FADEPE**
16 **(Parecer: Conselheiros Aline Araujo Passos e Gilmar José dos Santos).** Aberta a
17 palavra ao Conselheiro Gilmar José dos Santos, o mesmo procedeu à leitura de seu
18 parecer que, ao final, indicava a aprovação, com algumas ressalvas. O Conselheiro
19 Gilmar José dos Santos, no entanto, esclareceu que as ressalvas apresentadas já haviam
20 sido atendidas. Encaminhado para deliberação, o Conselho Superior aprovou sem
21 ressalvas e por unanimidade o Relatório de Prestação de Contas da FADEPE. O Senhor
22 Presidente informou que a Secretaria Geral encaminhará a Resolução e o parecer, com
23 as recomendações apresentadas pelo Conselheiro Gilmar José dos Santos, à FADEPE.
24 A seguir, o Senhor Presidente deu início ao item **2.8- Processo nº 23071.008921/2016-**
25 **58 - Doação de equipamentos à UFJF pela FAPEMIG – Termo de Doação nº**
26 **6379/16 (Parecer: Conselheiro Wilhelm Passarela).** O Conselheiro Wilhelm
27 Passarella, em seu parecer, manifestou-se favoravelmente ao recebimento da doação dos
28 equipamentos, contudo, destacou a necessidade de uma atualização dos valores tendo
29 em vista o tempo de uso e a consequente depreciação dos mesmos. O Senhor Presidente
30 esclareceu que os valores serão depreciados quando da incorporação dos equipamentos
31 ao patrimônio da UFJF. Em votação, o plenário do CONSU aprovou a doação, por
32 unanimidade. Findados os itens de pauta, o Senhor Presidente abriu a palavra para as
33 **Comunicações do Plenário.** O Conselheiro Arthur Avelar relatou o assalto que ocorreu
34 com um estudante da Faculdade de Odontologia e, neste contexto, solicitou que o
35 Fórum de Segurança seja efetivado o mais rápido possível. O Senhor Presidente
36 destacou a importância do registro apresentado pelo Conselheiro e informou que a
37 Portaria que determinará a efetivação do Fórum de Segurança está sendo finalizada,
38 tendo em vista o recebimento das indicações dos nomes para compor o referido órgão.
39 A Conselheira Ana Lúvia de Souza Coimbra solicitou a palavra, oportunidade em que
40 relatou sua participação e de alunos da UFJF no Congresso Brasileiro de Extensão
41 Universitária, em Ouro Preto. Destacou que o evento foi excelente e contribuiu para
42 demonstrar a capilaridade da extensão nas mais diversas áreas de conhecimento.
43 Informou que a meta 12 do Plano Nacional de Educação prevê que, até 2024, todos os
44 cursos de graduação deverão direcionar 10 (dez) por cento de sua carga horária para a
45 extensão universitária. Informou, ainda, que em outubro, no campus de Juiz de Fora, e
46 em novembro, no campus de Governador Valadares, será realizada uma mostra das
47 ações de extensão. Neste sentido, esclareceu que será uma oportunidade para abordar a
48 curricularização da extensão. A seguir, dada a palavra ao Conselheiro Marcos Tanure, o
49 mesmo explicou a questão da compra das cancelas e hidráulicos e informou que a
50 Universidade iniciará a instalação das cancelas. Ressaltou que o objetivo é realizar o

1 controle de todos os acessos às diferentes unidades da universidade. Ressaltou que
2 haverá, portanto, pequena intervenção para este trabalho. O Conselheiro Ângelo
3 Denadai, em sua fala, informou que já foi finalizado o processo eleitoral em Governador
4 Valadares para Diretor e Vice-Diretor do campus e que, em breve, será encaminhada
5 para a Reitoria a lista tríplice. Ao final, solicitou que os processos relacionados à
6 Farmácia do campus de Governador Valadares, que saíram de pauta, fossem priorizados
7 na próxima reunião do Conselho. A seguir, o Conselheiro Wilhelm Passarella relatou
8 que houve uma suspeita de utilização de atestados médicos falsos por parte dos alunos
9 do ICE, cujo objetivo seria justificar o requerimento de segunda chamada de provas.
10 Desta forma, o Conselheiro sugeriu que, quando da recepção dos calouros, seria
11 interessante fazer uma ação no sentido de orientar os alunos quanto às consequências
12 deste tipo de ação. Em sua fala, o Conselheiro também questionou sobre uma possível
13 dispensa dos tutores de pós-graduação de atuarem nos cursos de graduação. Ressaltou
14 que quando da instituição do Reuni a questão dos tutores era uma condição para a
15 ampliação das vagas. A Conselheira Mônica Ribeiro de Oliveira esclareceu que a
16 Resolução que trata deste assunto está vigente e que não houve nenhuma alteração neste
17 sentido. Pontuou, contudo, que, atualmente, está havendo uma rediscussão deste
18 assunto, mas que não há qualquer alteração nas regras estabelecidas. O Conselheiro
19 Hélio Antônio da Silva solicitou a palavra, oportunidade em que elogiou a iniciativa do
20 vídeo produzido para dar boas vindas aos novos servidores. Sugeriu melhoria no sentido
21 de também chamar outros diretores para participar deste trabalho. A Conselheira Ivana
22 Lúcia Damásio, em sua fala, repeliu a questão do uso de atestados médicos falsos e
23 destacou que se trata de crime. Explicou que qualquer atestado deve possuir lastro,
24 necessitando haver histórico e registro junto ao médico que o expediu, através do
25 prontuário do paciente. A seguir, a Conselheira ressaltou que não há controle da entrada
26 e saída de pessoas que não fazem parte da comunidade acadêmica, na Faculdade de
27 Medicina e outras unidades. Destacou a necessidade de maior segurança no campus da
28 Universidade. O Conselheiro Arthur Avelar solicitou a palavra, momento em que
29 ressaltou que o DCE repudia qualquer prática relacionada a atestados falsos ou cola
30 eletrônica. Pontuou, contudo, que o sistema todo deveria ser revisto, inclusive
31 academicamente. Esclareceu que, em que pese não concordar e repudiar as citadas
32 práticas, e não justificando as mesmas, considera que há um rigor excessivo nas
33 avaliações, chegando algumas disciplinas ter 95% dos alunos reprovados. Findadas as
34 manifestações, o Senhor Presidente pontuou que realmente existe a necessidade de uma
35 reavaliação da questão acadêmica e dos processos de aprendizado. No que tange à
36 questão da segurança, destacou que se trata de um tema complexo, que precisa ser
37 tratado em seus mais diversos aspectos, considerando as peculiaridades de cada
38 Unidade, inclusive, sob o aspecto da arquitetura dos prédios. Ressaltou que o Fórum de
39 Segurança precisará pautar seu trabalho nestes diferentes aspectos. Não havendo mais
40 manifestações e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença
41 de todos e encerrou a reunião, secretariada por mim, Rodrigo de Souza Filho, que para
42 constar lavrei a presente ata que dato e assino.

43
44 Juiz de Fora, 15 de setembro de 2016.

45
46 **Rodrigo de Souza Filho**
47 **Secretário Geral**
48
49
50

Prof. Dr. Marcus Vinicius David
Reitor da UFJF

ATA APROVADA NA REUNIÃO DO DIA ____/____/____

1.	2.
3.	4.
5.	6.
7.	8.
9.	10.
11.	12.
13.	14.
15.	16.
17.	18.
19.	20.
21.	22.
23.	24.
25.	26.
27.	28.
29.	30.
31.	32.
33.	34.
35.	36.
37.	38.
39.	40.
41.	42.

43.	44.
45.	46.
47.	48.
50.	51.
52.	53.